



*Ordem dos Advogados do Brasil*  
*Conselho Federal*  
*Brasília - D.F.*

Ofício n. 073/2024-GPR.

Brasília, 18 de fevereiro de 2024.

Ao Exmo. Sr. Dr.  
Procurador-Geral da República **Paulo Gonet Branco**  
Ministério Público Federal  
Brasília - DF

**Assunto: Pedido de providências. Crime de violação de prerrogativas profissionais. Sigilo profissional de advogado. Inquérito 4.940. STF.**

Senhor Procurador-Geral,

Cumprimentando-o cordialmente, informamos a V.Exa. que chegou ao conhecimento da Ordem dos Advogados do Brasil, no dia 16 de fevereiro de 2024, a juntada ao Inquérito n. 4.940 do Supremo Tribunal Federal – que apura supostas ofensas ao Ministro Alexandre de Moraes e seus familiares quando da passagem destes pelo Aeroporto Internacional Leonardo da Vinci, em Roma – de documentos produzidos pela Polícia Federal, nos quais constam tratativas entre advogado e cliente resguardadas por sigilo legal.

Por meio do Ofício n. 3/2024/CCINT/CGCINT/DIP/PF (anexo), o Delegado da Polícia Federal, Hiroshi de Araújo Sakaki, encaminhou ao Ministro Relator do Inquérito peças produzidas relativas àqueles autos, e incluiu o documento denominado “Informação de Polícia Judiciária nº 005/23-DIP/PF”, referente à análise dos dispositivos apreendidos na posse de investigados.





## *Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D.F.*

Em um dos tópicos da peça – “III.1.1 – DAS TRATATIVAS DE ROBERTO COM SEU ADVOGADO RALPH TÓRTIMA” (páginas 5/15) – é possível constatar transcrições de diálogos, *prints* de imagens e de documentos concernentes às comunicações entre o cliente, o investigado Roberto Mantovani Filho, e o seu advogado, Ralph Tórtima Stettinger Filho, inscrito na OAB/SP n. 126.739.

Observa-se que a exposição das tratativas que possuem relação tão somente ao exercício profissional do advogado acarretou em violação à sua prerrogativa profissional prevista no inciso II do art. 7º da Lei n. 8.906/94, segundo o qual:

*Art. 7º São direitos do advogado:*

*(...)*

*II – a inviolabilidade de seu escritório ou local de trabalho, bem como de seus instrumentos de trabalho, de sua correspondência escrita, eletrônica, telefônica e telemática, desde que relativas ao exercício da advocacia; (Redação dada pela Lei nº 11.767, de 2008)*

A ofensa à referida prerrogativa é um atentado contra o estado democrático de direito. A violação das prerrogativas dos advogados fere de morte as garantias constitucionais da sociedade, e isso jamais pode ser admitido pela Ordem dos Advogados do Brasil, devendo haver punição contra quem quer que o faça.

O próprio Estatuto da Advocacia e da OAB prevê, em seu art. 7º-B, que constitui crime violar prerrogativa de advogado prevista no inciso II do caput do art. 7º da mesma lei, veja-se:

*Art. 7º-B Constitui crime violar direito ou prerrogativa de advogado previstos nos incisos II, III, IV e V do caput do art. 7º desta Lei: (Incluído pela Lei nº 13.869, de 2019)*

*Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 14.365, de 2022)*

Atento e preocupado com o tema, o Conselho Pleno do Conselho Federal da OAB publicou, em junho de 2020, enunciado de Súmula<sup>1</sup> que trata da quebra de sigilo

<sup>1</sup> <https://www.oab.org.br/Content/pdf/sumulas/sumula-12-2020-cop.pdf>



## *Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D.F.*

telefônico, telemático, eletrônico e de dados dos advogados. Referido texto proporciona estabilidade no ordenamento e reforça o entendimento do dispositivo legal que criminaliza a violação de prerrogativas da advocacia:

*Súmula n. 12/2020/COP*

*PRERROGATIVAS. VIOLAÇÃO AO SIGILO TELEFÔNICO, TELEMÁTICO, ELETRÔNICO E DE DADOS. É crime contra as prerrogativas da advocacia a violação ao sigilo telefônico, telemático, eletrônico e de dados do advogado, mesmo que seu cliente seja alvo de interceptação de comunicações.*

Diante do exposto, com alicerce nas informações acima, ante a legitimidade do Conselho Federal da OAB prevista nos artigos 44<sup>2</sup>, 49<sup>3</sup> e 54, III<sup>4</sup>, todos da Lei Federal n. 8.906/94, a Entidade, apoiada pelo Colégio de Presidentes dos Conselhos Seccionais da OAB, requer a V. Exa., nos termos do artigo 39 do Código de Processo Penal e artigo 109, IV, da Constituição Federal, as providências necessárias no sentido de ser apurada a conduta do Delegado da Polícia Federal, Hiroshi de Araújo Sakaki, pela suposta prática do crime previsto no artigo 7º-B da Lei n. 8.906/94.

Certo de que V.Exa. dispensará a especial atenção que o caso requer, renovamos protestos de elevada estima e distinta consideração, ao tempo em que nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

---

<sup>2</sup> Art. 44. A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), serviço público, dotada de personalidade jurídica e forma federativa, tem por finalidade:

I - defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado democrático de direito, os direitos humanos, a justiça social, e pugnar pela boa aplicação das leis, pela rápida administração da justiça e pelo aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas;  
II - promover, com exclusividade, a representação, a defesa, a seleção e a disciplina dos advogados em toda a República Federativa do Brasil.

<sup>3</sup> Art. 49. Os Presidentes dos Conselhos e das Subseções da OAB têm legitimidade para agir, judicial e extrajudicialmente, contra qualquer pessoa que infringir as disposições ou os fins desta lei.

Parágrafo único. As autoridades mencionadas no caput deste artigo têm, ainda, legitimidade para intervir, inclusive como assistentes, nos inquéritos e processos em que sejam indiciados, acusados ou ofendidos os inscritos na OAB.

<sup>4</sup> Art. 54. Compete ao Conselho Federal:

III - velar pela dignidade, independência, prerrogativas e valorização da advocacia;





*Ordem dos Advogados do Brasil*

**José Alberto Simonetti**

Presidente do Conselho Federal da OAB  
OAB/DF 45.240

**Rafael Horn**

Vice-Presidente do Conselho Federal da OAB  
OAB/SC 12.003

**Sayury Otoni**

Secretária-Geral do Conselho Federal da OAB  
OAB/ES 6.712

**Milena Gama**

Secretária-Geral Adjunta do Conselho Federal da OAB  
OAB/RN 4.172

**Leonardo Pio da Silva Campos**  
OAB/MT 7.202

**Rodrigo Alache Cordeiro**

Presidente da OAB/Acre  
OAB/AC 2.780

**Vagner Paes Cavalcanti Filho**

Presidente da OAB/Alagoas  
OAB/AL 7.163



FIDA CONCAD ESA



Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Gabinete da Presidência

SAUS Quadra 05 Lote 01 Bloco “M” Brasília/DF Brasil - CEP: 70070-939

Tel: 61 2193 9823 / 61 2193 9807 / Email: [presidencia@oab.org.br](mailto:presidencia@oab.org.br) / [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)



# Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D. F.

**Auriney Uchoa de Brito**

Presidente da OAB/Amapá

OAB/AP 27.283

**Jean Cleuter Simões Mendonça**

Presidente da OAB/Amazonas

OAB/AM 3.808

**Daniela Lima de Andrade Borges**

Presidente da OAB/Bahia

OAB/BA 27.283

**José Erinaldo Dantas Filho**

Presidente da OAB/Ceará

OAB/CE 11.200

**Délio Fortes Lins e Silva Junior**

Presidente da OAB/Distrito Federal

OAB/DF 16.649

**José Carlos Rizk Filho**

Presidente da OAB/Espírito Santo

OAB/ES 10.995

**Rafael Lara Marques**

Presidente da OAB/Goiás

OAB/GO 22.331



INTERIORIZAÇÃO  
DA ADVOCACIA  
OAB PRESENTE

#ADVOCACIA  
SEM  
ASSÉDIO

FIDA CONCAD ESA



Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Gabinete da Presidência

SAUS Quadra 05 Lote 01 Bloco “M” Brasília/DF Brasil - CEP: 70070-939

Tel: 61 2193 9823 / 61 2193 9807 / Email: [presidencia@oab.org.br](mailto:presidencia@oab.org.br) / [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)



*Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D.F.*

**Kajo Vyctor Saraiva**

Presidente da OAB/Maranhão

OAB/MA 12.011

**Gisela Alves Cardoso**

Presidente da OAB/Mato Grosso

OAB/MT 7.725/O

**Luis Claudio Alves Pereira**

Presidente da OAB/Mato Grosso do Sul

OAB/MS 7.682

**Sérgio Rodrigues Leonardo**

Presidente da OAB/Minas Gerais

OAB/MG 85.000

**Eduardo Imbiriba de Castro**

Presidente da OAB/Pará

OAB/PA 11.816

**Harrison Alexandre Targino**

Presidente da OAB/Paraíba

OAB/PB 5.410



INTERIORIZAÇÃO  
DA ADVOCACIA  
OAB PRESENTE

#ADVOCACIA  
SEM  
ASSÉDIO

FIDA CONCAD ESA



Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Gabinete da Presidência

SAUS Quadra 05 Lote 01 Bloco “M” Brasília/DF Brasil - CEP: 70070-939

Tel: 61 2193 9823 / 61 2193 9807 / Email: [presidencia@oab.org.br](mailto:presidencia@oab.org.br) / [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)



# Ordem dos Advogados do Brasil

Conselho Federal

Brasília - D.F.

**Marilena Indira Winter**

Presidente da OAB/Paraná

OAB/PR 16.867

**Fernando Jardim Ribeiro Lins**

Presidente da OAB/Pernambuco

OAB/PE 16.788

**Celso Barros Coelho Neto**

Presidente da OAB/Piauí

OAB/PI 2.688

**Luciano Bandeira Arantes**

Presidente da OAB/Rio de Janeiro

OAB/RJ 85.276

**Aldo de Medeiros Lima Filho**

Presidente da OAB/Rio Grande do Norte

OAB/RN 1.662

**Leonardo Lamachia**

Presidente da OAB/Rio Grande do Sul

OAB/RS 47.477

**Marcio Melo Nogueira**

Presidente da OAB/Rondônia

OAB/RO 2.827



INTERIORIZAÇÃO  
DA ADVOCACIA  
OAB PRESENTE

#ADVOCACIA  
SEM  
ASSÉDIO

FIDA CONCAD ESA



Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Gabinete da Presidência

SAUS Quadra 05 Lote 01 Bloco “M” Brasília/DF Brasil - CEP: 70070-939

Tel: 61 2193 9823 / 61 2193 9807 / Email: [presidencia@oab.org.br](mailto:presidencia@oab.org.br) / [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)



*Ordem dos Advogados do Brasil*

*Conselho Federal*

*Brasília - D.F.*

**Ednaldo Gomes Vidal**

Presidente da OAB/Roraima

OAB/RR 155-B

**Cláudia da Silva Prudêncio**

Presidente da OAB/Santa Catarina

OAB/SC 19.054

**Maria Patrícia V. Figueiredo**

Presidente da OAB/São Paulo

OAB/SP 199.925

**Danniell Alves Costa**

Presidente da OAB/Sergipe

OAB/SE 4.416

**Gedeon Batista Pitaluga Junior**

Presidente da OAB/Tocantins

OAB/TO 2.116



INTERIORIZAÇÃO  
DA ADVOCACIA  
OAB PRESENTE

#ADVOCACIA  
SEM  
ASSÉDIO

FIDA CONCAD ESA



Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil – Gabinete da Presidência

SAUS Quadra 05 Lote 01 Bloco “M” Brasília/DF Brasil - CEP: 70070-939

Tel: 61 2193 9823 / 61 2193 9807 / Email: [presidencia@oab.org.br](mailto:presidencia@oab.org.br) / [www.oab.org.br](http://www.oab.org.br)



## Simone Linhares Dutra

---

**De:** MPF Protocolo Eletrônico <protocolo-noreply@mpf.mp.br>  
**Enviado em:** domingo, 18 de fevereiro de 2024 16:04  
**Para:** CFOAB.Presidência  
**Assunto:** Protocolo Eletrônico MPF - PGR-00050488/2024

Sr(a) **SIMONE LINHARES DUTRA**, CPF 00173583105.

Seu documento foi protocolado, em 18/02/2024 , no Ministério Público Federal com as seguintes informações:

### Instituição:

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL CONSELHO FEDERAL

### Destinatário:

Ao Exmo. Sr. Dr. Procurador-Geral da República Paulo Gonet Branco Ministério Público Federal

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA / DF

Procuradoria-Geral da República

### Número do Expediente:

**PGR-00050488/2024**

### Descrição do documento:

Ofício 073 - Paulo Gonet Branco. Pedido de providências. Crime de violação de prerrogativas profissionais. Sigilo profissional de advogado. Inquérito 4.940. STF.

### Arquivo(s) anexado(s):

- Ofício 073 - Paulo Gonet Branco. Pedido de providências. Crime de violação de prerrogativas prof.pdf  
- relatorio-PF-16fev2024\_compressed-1 (1).pdf

As demandas protocoladas eletronicamente em finais de semana, feriados e fora do horário de expediente na unidade do MPF serão analisadas no dia útil seguinte. Dessa forma, **Polícia Federal e Justiça Federal** não devem utilizar este ambiente no caso de demandas processuais urgentes fora dos horários de expediente da unidade e durante os finais de semana e feriados. Tais demandas deverão ser encaminhadas ao membro plantonista local.

Atenciosamente,

**Protocolo Eletrônico**

## **Ministério Público Federal**

Obs.: Não responda a este e-mail. Mensagens encaminhadas/respondidas para o endereço eletrônico do remetente serão desconsideradas.